



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

PARECER JURÍDICO N. 305/2023-PROCLEG/PGA/ALERR.

Referência: Projeto de Decreto Legislativo N. 108/2023.

Interessado: Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Assunto: Declara de Utilidade pública a Empresa Júnior de Ciências Agrárias de Roraima (RORAIFLORA Jr.).

EMENTA: Constitucional. Processo Legislativo. Proposição de iniciativa parlamentar. Projeto de Decreto Legislativo. Declaração de utilidade pública. Preenchimento dos requisitos legais (Lei N. 050/1993). Viabilidade e Legalidade.

I – RELATÓRIO.

1. Trata-se de processo legislativo encaminhado a esta Procuradoria, nos termos do art. 82, do Regimento Interno desta Casa de Leis (RI/ALERR), para análise e emissão de Parecer, acerca da legalidade e juridicidade de Projeto de Decreto Legislativo (PDL) de autoria do *ilustre* Dep. Estadual **Lucas Souza**, com a seguinte ementa: *“Declara de utilidade pública a Empresa Júnior De Ciências Agrárias de Roraima (RORAIFLORA Jr.) no Estado de Roraima.”*
2. A Proposição foi autuada seguindo o rito estabelecido nos artigos 166 e 169, do RI/ALERR, como PDL N. 108/2023, sob o regime de tramitação ordinária, nos termos do inciso III, do artigo 170, também do RI/ALERR.
3. Na Justificação, o autor destaca o seguinte: *“[...] É importante destacar que a RORAIFLORA Jr., é uma associação sem fins econômicos, constituindo-se como pessoa jurídica de direito privado, e não possui qualquer vínculo político, partidário ou religioso, A entidade não remunera, a qualquer cargo ou título, a sua diretoria, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto. Com foco estritamente educacional, e vinculada à Universidade Estadual de Roraima - UERR, conforme estabelecido na Lei Federal nº 13.267/2016. [...] Objetiva-se, com o presente reconhecimento, a RORAIFLORA Jr. poderá expandir o alcance de suas ações, contribuindo*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

significativamente para a sociedade em geral por meio dos serviços prestados. Além de promover um ambiente educacional enriquecedor que estimula o aprendizado prático, o desenvolvimento de habilidades, a inovação, e o avanço do conhecimento em diversas áreas do saber. A declaração de Utilidade Pública será um passo importante para ampliar o impacto positivo na comunidade e na formação acadêmica de todos associados. [...]”.

4. É o sucinto relatório. Passa-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

5. Preliminarmente, cumpre-nos assinalar que a função consultiva ora desempenhada decorre diretamente de competência estabelecida pela Constituição do Estado de Roraima¹, bem como, pela Resolução Legislativa ALERR N. 013/2017².
6. No mérito, a questão posta a exame diz respeito à análise da constitucionalidade e juridicidade do PDL N. 108/2023, o qual objetiva declarar de Utilidade pública, a empresa Júnior de Ciências Agrárias de Roraima (RORAIFLORA Jr.).
7. Sobre o tema, a Lei Estadual N. 050/1993, estabelece os elementos que, previamente devem apresentados pela instituição interessada na declaração de Utilidade Pública, a saber:

“Art. 2º (omissis):

I – apresentar personalidade jurídica há mais de 01 (um) ano, com Estatuto Social devidamente registrado e publicado nos órgãos oficiais do Estado.

¹ Art. 45. A **Procuradoria-Geral** da Assembleia Legislativa é a instituição que representa judicial e extrajudicialmente a Assembleia Legislativa, [...], **cabendo-lhe, com exclusividade, [...], as atividades de consultoria e assessoria jurídica do Poder Legislativo Estadual.**

² Art. 4º A **Procuradoria Geral** da Assembleia Legislativa é **constituída por Advogados concursados denominados Procuradores** e dirigida pelo Procurador Geral [...].

[...]

Art. 21. **São atribuições dos Procuradores** da Assembleia Legislativa:

[...]

VII -examinar e dar parecer nas proposições legislativas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

II – prova de que está em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;

III – não remunerar a qualquer título os cargos de sua diretoria e que a entidade não distribui a lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV – que comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove educação, assistência social, ou exerça atividades de pesquisa científicas, culturais, artísticas, ou filantrópicas de caráter geral ou indiscriminatório.”

8. *In casu*, a teor da documentação colacionada aos autos (fls.), verifica-se que a referida Entidade comprovou preencher as exigências legais, notadamente, pela juntada de prova de efetivo exercício/inscrição junto à Receita Federal do Brasil; Estatuto Social devidamente registrado; Relatórios; e Declarações.
9. Assim, configurada a competência legiferante do *i*. Parlamentar, em deflagrar o presente processo legislativo, conclui-se pela viabilidade e legalidade da proposição *sub examine*, ante o integral cumprimento das exigências elencadas no art. 2º, da Lei Estadual N. 050/1993.

III – CONCLUSÃO.

10. Diante do exposto, com fundamento na Lei Estadual N. 050/1993, **opina-se** pela viabilidade e legalidade do PDL N. 108/2023.
11. É o parecer.

Boa Vista/RR, 11/11/2023.

FRANCISCO ALEXANDRE DAS CHAGAS SILVA

PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/RR

Matrícula 29.867-ALE/RR | Inscrição 641-OAB/RR